

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.786.401 - SP (2020/0292376-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : HORACIO VINCOLETTTO JUNIOR
AGRAVANTE : SÔNIA DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : VALDIR BARZAGLI
AGRAVANTE : VALTER CONSTANCIO OLIVEIRA
ADVOGADO : OSMAR VICENTE BRUNO - SP114532
AGRAVADO : ARNALDO MANOEL DA SILVA
AGRAVADO : NEUSA BATISTA DA SILVA
ADVOGADO : NELSON PRIMO - SP037583
AGRAVADO : OTAVIANO ALVES PEREIRA
ADVOGADO : MARCOS AURÉLIO ALBERTO - SP190281

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por HORÁCIO VINCOLETTTO JUNIOR e OUTROS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

Ação de anulação de contrato de cessão de quotas de empresa limitada por nulidade absoluta do ato. Alegação de venda “a non domino” e, subsidiariamente, de ocorrência de dolo. Pedido subsidiário, ainda, de reconhecimento de sociedade de fato com um dos réus. Sentença de improcedência. Apelação dos autores. Inocorrência de venda “a non domino”. Transferência de quotas devidamente registrada pela JUCESP a confirmar a validade da transação.

Anulabilidade do negócio jurídico em razão de dolo. Ausência de provas de que os autores foram efetivamente iludidos ou de que os réus tenham se valido de artifício para induzi-los a fechar o negócio. A prova do dolo, como vício do consentimento, há de ser cabal, inequívoca.

Responsabilidade dos cessionários, ademais, dentro da diligência que se espera de comerciantes, de tomarem as cautelas devidas, como a extração de certidão de registro perante a JUCESP, antes da celebração do negócio jurídico (JUDITH MARTINS-COSTA). “Uma regra elementar do jogo contratual é esta: aquele que assume compromissos, no âmbito de uma operação econômica que pretende levar a cabo, deve estar em condições de avaliar as suas conveniências, de modo razoavelmente correto, sem que intervenham elementos tais, que perturbem ou alterem gravemente o processo conducente à decisão de concluir o contrato e de concluí-lo com determinado

conteúdo” (ENZO ROPPO).

Elementos dos autos a comprovar a existência de sociedade de fato entre um dos réus e a empresa cujas quotas foram cedidas. Impossibilidade, todavia, de alteração do contrato social, posto que não se pode equiparar o sócio de fato aos demais sócios regulares da sociedade.

Doutrina de ERASMO VALADÃO AZEVEDO E NOVAES FRANÇA e precedente desta Câmara. No mais, em casos como o presente nos quais não há acordo expresso entre os sócios, tal participação é presumida igualitária.

Reforma parcial da sentença. Apelação a que se dá parcial provimento.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 166, II, do Código Civil, no que concerne à alegação de nulidade da transferência das cotas da sociedade empresarial, de pleno direito, uma vez que os recorridos já não eram mais proprietários das referidas cotas sociais, considerando que já haviam alienado e transferido as tais a terceiro em 25/09/2012, trazendo os seguintes argumentos:

Com efeito, a transferência das cotas da sociedade comercial REIZIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 71.597.256/0001-76, dos recorridos para os recorrentes, realizada por meio do instrumento de alteração contratual firmada em 02/08/2013 e arquivada na JUCESP em 03/09/2013, é nula de pleno direito, uma vez que os recorridos Arnaldo e Neuza, naquele momento, não eram mais proprietários da referidas cotas sociais, uma vez que anteriormente, em 25/09/2012, já haviam alienado e transferido as mesmas cotas a terceiro (Willian Albino dos Santos), cuja alteração contratual foi arquivado na JUCESP em 27/09/2012.

O fato de ter havido o arquivamento da referida alteração contratual, aqui apontada como nula, pela JUCESP, não faz superar a ilicitude do ato, notadamente se se considerar que houve o bloqueio administrativo da ficha cadastral da empresa Reizil, em 02/08/2013, por decisão do Sr. Presidente da JUCESP.

[...]

Não se pode entregar validade a um ato nulo apenas pela presunção de que os recorrentes deveriam ter observado buscado informações da empresa junto à JUCESP. (fls. 1218-1221).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 145, 147, 148 e 171, II, do Código Civil, no que concerne à anulabilidade da transferência das cotas empresariais em razão do vício de dolo do negócio jurídico, trazendo os seguintes

argumentos:

Com efeito, é farta a documentação que comprova que os recorridos não eram os verdadeiros proprietários ou titulares das cotas sociais da empresa Reizil no momento em que transferiam referidas cotas para os recorrentes em 02/08/2013, uma vez que, em 25/09/2012, já haviam alienado e transferido as mesmas cotas a terceiros.

Esse fato foi propositadamente omitido pelos recorridos no momento da realização do negócio, viciando a vontade dos recorrentes, pois, obviamente, se soubessem desse fato, certamente não teriam realizado o negócio, evidentemente porque a qualquer momento poderiam ser obrigados a devolver as cotas ao verdadeiro proprietário. Isso é razoável.

Na verdade, é evidente que os recorrentes foram dolosamente ludibriados pelos recorridos, especialmente pelo recorrido Otaviano - cuja condição de sócio de fato já foi reconhecida no v. acórdão recorrido-, a adquirir as cotas sociais, o que somente ocorreu em razão da amizade até então existente com o apelante Horácio, o que ficou comprovado pelas provas produzidas.

Note-se que o fato de ter sido reconhecida a condição de sócio de fato do recorrido Otaviano no v. Acórdão recorrida é suficiente para demonstrar que o negócio jurídico foi por ele entabulado, já que os recorridos Arnaldo e Neuza admitem nos autos que não eram proprietários, fato que comprova que os recorrentes somente participaram do negócio jurídico eivado de vício de vontade, em razão de amizade havida com o recorrido Otaviano, de modo que por conta de conduta ilícita ele acabou por enganar e ludibriar os recorrentes.

[...]

Com efeito, ao afirmar-se no v. acórdão que o dolo exige prova robusta não é suficiente para o não acolhimento do pleito formulado. Isso não elimina a prova produzida, que é suficiente para demonstrar o vício de vontade existente no negócio jurídico, contrariamente ao decidido.

(fls. 1223-1224).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

A empresa, como se vê a fls. 35/44, está registrada validamente perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, nela figurando como sócios os autores Horário, com 80.000 cotas, Sônia, com 50.000, Valdir, com 40.000, e Valter, com 30.000,00. O ato levado à Junta, como assinalado pela sentença, é válido, tendo o próprio registro

efeito ratificador disso.

Não é crível que os autores, que se qualificam como empresários, um deles economista, outra contadora, não soubessem o que faziam ao assinar o contrato que agora atacam. E tanto não adquiriram as cotas a non domino que, insiste-se, a JUCESP referendou a transferência, arquivando-a. Não é razoável, como escrito na sentença, que adquirissem a empresa sem antes procurar as informações usuais nesse tipo de negócio, a mais óbvia delas sendo a de informaram-se junto ao órgão registrador.

[...]

Assim, andou bem a sentença apelada ao afirmar que a declaração de vontade dos autores, ao contratarem o negócio que agora querem ver declarado nulo, foi inequívoca. (fls. 1180-1185)

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstrou, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou cada um dos dispositivos de lei federal apontados, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte considera que quando a arguição de ofensa ao dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, aplica-se, por analogia, o entendimento

da Súmula n. 284, do Supremo Tribunal Federal. Em relação à afronta aos arts. 13 da Lei n. 10.559/2002 e 943 do Código Civil, verifica-se a ausência de demonstração precisa de como tal violação teria ocorrido, limitando-se a parte recorrente em apontá-la de forma vaga, o que impede o conhecimento do recurso especial”. (AgInt no REsp n. 1.496.338/RS, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 27/8/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.826.355/RN, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 4/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp n. 1.617.627/RJ, AgInt no AREsp n. 1.617.627/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg no REsp n. 1.690.449/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 5/12/2019; AgRg no AREsp n. 1.562.482/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 28/11/2019.

Ademais, decidiu o acórdão recorrido:

E nem de anulabilidade, por dolo, se pode falar.

O que caracteriza o dolo, como defeito do ato jurídico, que pode levar à sua anulação, é o emprego de um artifício astucioso para induzir alguém à prática de tal ato, que lhe é prejudicial. A vítima participa diretamente do negócio, mas apenas a outra parte sabe do elemento ardiloso que macula sua manifestação de vontade; para ela esse ardil é fator decisivo para celebrá-lo (dolo determinante, não dolus incidens).

A provado dolo, como vício do consentimento, há de ser cabal, inequívoca, como está em precedente desta 1ª Câmara Empresarial: [...]

Nada a alterar, portanto, na sentença, no que tange a esses pontos, de nulidade ou anulabilidade do contrato. (fls. 1186).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos

Superior Tribunal de Justiça

Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente